

A. I. Nº - 206977.0400/15-7
AUTUADO - ITAMAR ARAÚJO OLIVEIRA & CIA LTDA.
AUTUANTE - MARCO ANTONIO COUTO FERREIRA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET 22.07.2016

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0112-04/16

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. PAGAMENTO A MENOS. O autuante reconheceu equívocos no trabalho e reduziu o valor do débito. Infração parcialmente procedente. 2. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração não contestada. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS COM TRIBUTAÇÃO ANTECIPADA. MULTA DE 1%. O fato de ter sido exigido o imposto na infração 1 não significa que as notas fiscais estavam registradas na escrituração do contribuinte. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No presente Auto de Infração, lavrado em 18/12/15, exige-se ICMS no valor de R\$23.515,50, em decorrência das seguintes irregularidades:

Infração 1 – recolheu a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior (materiais de construção), no valor de R\$15.362,26 e multa de 60%;

Infração 2 – recolheu a menos o ICMS antecipação parcial referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação com fins de comercialização, no valor de R\$5.307,35 e multa de 60%;

Infração 3 – deu entrada no estabelecimento de mercadorias com ICMS antecipado sem o devido registro na escrita fiscal, com multa no valor de R\$2.845,89.

O autuado apresentou defesa, às fls. 29 e 30, alegando, em relação à infração 1, que foi cobrado indevidamente o imposto relativamente às notas fiscais que elencou, tendo em vista que: (i) as mercadorias não estão enquadradas na substituição tributária; (ii) houve erro na utilização de percentual de margem de valor agregado (MVA); (iii) já recolheu o tributo; (iv) foi apurada equivocadamente a base de cálculo do ICMS.

Quanto à infração 3, aduz que o autuante exigiu, na infração 1, o ICMS por antecipação tributária em relação às notas fiscais nºs 726629, 97880, 97881, 97849, 1156 e 1157 e, portanto, encontra-se provado que foram escrituradas em seus livros fiscais.

Requer a realização de diligência e a improcedência da autuação.

O autuante, em sua informação fiscal, afirma, no que tange à infração 1, que “*após conferência nos papéis de trabalho, reconheço os equívocos apontados e reconheço os novos valores apurados pelo contribuinte*”.

Concernente à infração 3, afirma que o contribuinte não anexou à peça defensiva nenhuma prova da escrituração das notas fiscais elencadas na autuação.

Prossegue dizendo que “*após conferência no arquivo magnético do SPED FISCAL fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia não localizei o lançamento das notas fiscais*” e, portanto, mantém o lançamento.

Observa que “*o fato de ter uma nota fiscal recolhido o ICMS Substituição Tributária não comprova sua escrituração fiscal*”. (sic)

Finaliza pedindo a procedência parcial do auto de infração.

Às fls. 110 e 111 foram juntados documentos que comprovam que o autuado recolheu os valores lançados nas infrações 1 e 3, após a retificação procedida pelo autuante.

VOTO

O presente lançamento de ofício foi lavrado para exigir ICMS em razão da constatação de três infrações.

Inicialmente, resalto que a infração 2 não foi objeto de contestação, devendo, destarte, ser mantida.

O autuado se insurgiu contra a infração 1 alegando a existência de uma série de equívocos no trabalho fiscal, fato reconhecido pelo próprio autuante que, ao final, retificou a planilha reduzindo o débito para R\$9.807,60, consoante o demonstrativo constante na informação fiscal (fl. 109).

O contribuinte mostrou-se inconformado também com a infração 3, argumentando que, se foi lançado o ICMS antecipação tributária em relação às mercadorias constantes nas mesmas notas fiscais supostamente não registradas, restou claro que houve a sua escrituração.

Entretanto, o fato de estar sendo exigido o ICMS por antecipação tributária na infração 1 não significa que os documentos fiscais estavam registrados nos livros fiscais do autuado, porque a exigência do tributo não tem, no caso concreto, nenhuma vinculação com o fato de a nota fiscal estar, ou não, escriturada.

Em face dessa conclusão, não há possibilidade de absorção da multa indicada, porque o descumprimento de obrigação principal não é uma consequência direta do descumprimento da obrigação acessória como exigido no § 5º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96:

Art. 42.

§ 5º A multa pelo descumprimento de obrigação acessória será absorvida pela multa para o descumprimento da obrigação principal, sempre que se tratar de cometimento em que o descumprimento da obrigação principal seja uma consequência direta do descumprimento da obrigação acessória, servindo a infração relativa à obrigação acessória como circunstância agravante da relativa à falta de recolhimento do imposto devido em relação ao mesmo infrator.

Em outras palavras, independentemente de estar, ou não, registrada a nota fiscal, o ICMS por antecipação tributária é devido. Ademais, o impugnante não apresentou nenhuma prova de que houve a escrituração dos mencionados documentos fiscais e, portanto, deve ser mantida a infração 3.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206977.0400/15-7**, lavrado contra **ITAMAR ARAÚJO OLIVEIRA & CIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$15.114,95**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, incisos II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, além da multa por descumprimento de obrigação

acessória no valor de **R\$2.845,89**, prevista no artigo 42, inciso XI, da mesma Lei, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de julho de 2016

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - RELATORA

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA